



Empreendedorismo e Microcrédito Produtivo Orientado *versus* beneficiários do Programa Bolsa Família: Uma análise da Linha de Crédito Especial do CEAPE-PB

Allan Carlos Alves (UEPB) allan@ccsa.uepb.edu.br
Jaiza de Oliveira Matos (UEPB) jaiza.matos@hotmail.com
Juliana Ribeiro da Silva Camelo (UEPB) juhribeiroo.7@gmail.com

Resumo

O Brasil pode ser considerado um dos países mais empreendedores do mundo, a atividade empreendedora é uma característica marcante inclusive nos atores de baixa renda. O CEAPE – PB, percebendo a importância da inserção desses sujeitos na economia, possibilitou oportunidade de crédito e a chance que pessoas beneficiadas pelo Programa Bolsa Família – PBF precisavam para aumentar a renda familiar e melhorar suas condições de vida. O objetivo desse artigo é analisar se houve inadimplência durante o período de 2009 a 2011, no qual a instituição dispôs de uma linha de crédito voltada para os beneficiários do PBF, oferecendo taxas menores do que as usuais. A indagação surgiu devido à hipótese desse grupo de sujeitos apresentarem uma propensão mais elevada de atraso de seus pagamentos, visto que possuem outras responsabilidades financeiras e poucos recursos. Os resultados comprovaram que os clientes participantes dessa linha especial de crédito foram, em sua maioria, adimplentes, o que mostra que suas condições financeiras não interferiram no cumprimento de seus compromissos.

Palavras-chave: Empreendedorismo, Microcrédito, Beneficiários do Programa Bolsa família.

Entrepreneurship and Productive Microcredit *versus* beneficiaries of the Programa Bolsa Família: An Analysis of the Special Credit Line CEAPE-PB

Abstract

Brazil can be considered one of the most entrepreneurial countries in the world, entrepreneurial activity is a hallmark of actors including the poor. The CEAPE – PB, realizing the importance of the inclusion of these subjects in the economy, possible credit opportunity and the chance that people benefited from the Programa Bolsa Família - PBF needed to increase family income and improve their living conditions. The aim of this paper is to analyze whether there was default during the period 2009-2011, in which the institution had a wonderful line of credit dedicated to BFP beneficiaries,

offering lower rates than usual. The question arose from the hypothesis that group of subjects experiencing a higher propensity to delay your payments, as have other financial responsibilities and few resources. Results showed that participants customers this special credit line were mostly defaulting showing that their financial conditions did not affect the fulfillment of their commitments.

Key-words: Entrepreneurship, Microcredit, Programa Bolsa Famílias Beneficiaries

1 Introdução

O Brasil tem atingido bons níveis de crescimento econômico, crescimento este que pode ser relacionado ao grande número de empreendedores que o país apresenta. Pode-se dizer que o empreendedorismo é uma característica marcante do brasileiro, há décadas é possível perceber o aumento dessa categoria e o impacto positivo que causam na economia. De acordo com o Sebrae Nacional (2012), os micro e pequenos empreendedores representam 99% das empresas brasileiras. Seja por oportunidade ou necessidade, o empreendedorismo permite não apenas diversidade de escolha para os consumidores, mas também um meio de sobrevivência para aqueles que enxergam nessa atividade uma possibilidade de mudança em suas condições de vida e para o sustento de suas famílias.

Para algumas famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família a renda é insuficiente, então procuram meios de aumentar a renda familiar. Geralmente isso acontece através das chamadas vendas de porta em porta, com miudezas, roupas, produtos cosméticos, catálogos entre outros. Porém, para se desenvolverem, as Micro e Pequenas Empresas e pessoas de baixa renda precisam de apoio técnico e principalmente financeiro, ou seja, o microcrédito, que muitas vezes é dificultado pelos bancos e outras instituições pelo fato de não existirem garantias reais que permitam a concessão do empréstimo e a possível inadimplência dos tomadores de crédito. A dificuldade é maior grau quando se trata de pessoas de baixa renda, pois o risco atinge um nível muito elevado.

Em meio a esta dificuldade, o Centro de Apoio a Pequenos Empreendimentos (CEAPE) surge como um facilitador de microcrédito, através do Microcrédito Produtivo Orientado se torna um ponto de apoio aos micro e pequenos empreendedores ajudando no crescimento e desenvolvimentos dos mesmos. O CEAPE – PB vai além dos processos de concessão de crédito usuais, mantém um contato direto com seus clientes, o que promove um diálogo mais amplo permitindo esclarecimento de dúvidas e informações detalhadas. Em outras instituições com o mesmo modelo de concessão, esse contato mais próximo com os clientes não existe ou é insuficiente, o que pode gerar conflitos de informações ou a falta delas, podendo ocasionar falhas de relacionamento entre o cliente e a empresa, atraso de pagamentos entre outros.

Visando proporcionar oportunidade para pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família, o CEAPE – PB firmou uma parceria com o Governo Federal para oferecer uma linha de crédito especialmente para essas pessoas, ou seja, a empresa ofereceu uma chance a pessoas que apresentam um risco de inadimplência um pouco maior que o comum, considerando que além do empréstimo, as mesmas têm as necessidades familiares para suprir. O presente trabalho foi realizado na matriz do CEAPE–PB, localizada em Campina Grande–PB e busca saber: O fato de serem classificados como baixa renda e apresentarem possível risco de inadimplência, fez com que os clientes do Programa Bolsa Família atendidos pela empresa fossem realmente inadimplentes? O estudo tem como objetivo analisar se os clientes beneficiados pelo referente programa governamental foram inadimplentes como se esperava. O estudo apresenta uma introdução, seguida pela fundamentação teórica, explanando os quatro tópicos seguintes:

Empreendedorismo, Microcrédito Produtivo Orientado, CEAPE – PB e Bolsa Família. Posteriormente encontra-se a método utilizado na pesquisa, a análise dos dados e as considerações sobre o resultado obtido.

2 Fundamentação Teórica

2.1. Empreendedorismo

O Empreendedorismo é responsável por uma parte extremamente significativa do crescimento econômico do Brasil, a quantidade de empreendimentos no país já soma 5,7 milhões, que surgem em um curto espaço de tempo, de acordo com dados do Sebrae Nacional (2012). Pessoas que saíram de seus empregos e resolveram abrir o próprio negócio, ou viram uma oportunidade de aumentar a renda doméstica, outras decidiram aderir a esta atividade como única opção de conseguir garantir seu sustento e o de sua família. Para MORAIS (2009) empreendedorismo é “competência humana de transformar a própria realidade e a realidade à volta, gerando benefícios sociais e econômicos”. O autor ressalta que o empreendedorismo vai além das ideias, se constitui em um fator de transformação da realidade das pessoas, proporcionando melhoras nos âmbitos social e econômico. De acordo com GOMES (2013) “o empreendedorismo pode ser visto como um mecanismo que pode colaborar com o crescimento e o ajuste econômico em quaisquer tipos de economias, sejam elas de países desenvolvidos, em transição ou em desenvolvimento”. Compreende-se aqui que o empreendedorismo promove crescimento e se adapta a qualquer estado de economia que uma localidade se encontra.

Inseridos nesse contexto, encontram-se duas classificações básicas de empreendedores, os Empreendedores por Oportunidade e Empreendedores por Necessidade. Segundo o GEM (2013), Empreendedores por Oportunidade “são os que identificaram uma chance de negócio e decidiram empreender, mesmo possuindo alternativas de emprego e renda”, ou seja, são pessoas que perceberam no mercado uma possibilidade de empreender e ter sucesso no seu negócio, elas conseguem visualizar potencialidades no mercado. Na visão de SANTOS *et.al* (2007) empreendedorismo por necessidade pode ser entendido como “[...] uma necessidade de segurança ou ainda de sobrevivência. Portanto, empreendedores por necessidade consistem naqueles que iniciam negócios motivados pela falta de alternativa satisfatória de ocupação e renda.” Segundo esses autores, o empreendedorismo por necessidade se caracteriza pela necessidade de sobreviver ou pela exclusão de um indivíduo do mercado de trabalho, nesse caso, o empreendedorismo se torna uma alternativa de sustento financeiro. Assim, esses dois tipos de empreendedorismo são diferenciados pela motivação, a qual pode ser oportunidade que possibilita uma visão de mercado em potencial ou necessidade que se apresenta como alternativa de garantir sobrevivência.

2.2 Microcrédito Produtivo Orientado

Ao iniciar este assunto, torna-se imprescindível compreender conceitos e origem do Microcrédito, que pode ser caracterizado como empréstimo concedido a uma parcela da população caracterizada pela baixa renda, pela dificuldade em conseguir crédito por meio de algumas Instituições financeiras e cujo valor monetário é significativamente menor do que as concessões tradicionais. Historicamente, pode-se citar como o princípio do surgimento do microcrédito a Associação do Pão, criada na Alemanha em 1946 pelo pastor Raiffeisen, ele cedia trigo a fazendeiros da região para que estes pudessem produzir pão para ter um pouco de dinheiro, posteriormente, a associação estocou sementes, as quais foram cedidas aos fazendeiros a título de crédito, eles pagavam suas dívidas após a colheita (SELA a, SELA b e COSTA, 2006).

Porém, a manifestação de origem mais conhecida do surgimento do microcrédito ocorreu em 1976, pelo Grameen Bank, em Bangladesh, cuja economia é uma das menos desenvolvidas do mundo. O precursor do projeto, professor Muhammad Yunus, fornecia crédito à população carente e a pequenos empreendedores que não possuíam condições financeiras de manterem ou desenvolverem seus negócios. Sua grande contribuição nos âmbitos econômico e social lhe rendeu o prêmio Nobel da paz em 2006.

Posteriormente o microcrédito passa a ser visto como uma alternativa para que pessoas de baixa renda tenham a oportunidade de desenvolverem ou melhorarem seus empreendimentos. Para Cavalcante (2003) *apud* Capobiango e Gomes (2012)

o microcrédito pode ser considerado uma alternativa viável de política pública de geração de emprego e renda, constituindo-se como proposta capaz de ampliar as oportunidades para realização de negócio dos micro empreendimentos formais e informais no contexto local.

Desse modo, o microcrédito é considerado uma forma de democratização dos recursos públicos, já que possibilita a população carente recorrer aos bancos e demais agentes de crédito ao invés de empréstimos ilegais através de agiotas. Dessa forma atua como um agente fundamental no crescimento econômico e na melhoria de vida desses tomadores de microcrédito.

É válido salientar que por um lado o Microcrédito facilita o empreendedorismo e o crescimento da economia nas classes menos favorecidas, por outro apenas a liberação do crédito não necessariamente garante aos tomadores um desempenho significativo dos seus negócios nem ainda a quitação do empréstimo. Pensando tanto por parte dos Agentes de crédito quanto por parte dos tomadores, surge um novo conceito sobre o Microcrédito, o que se refere à necessidade de uma orientação e uma maior interação entre as partes envolvidas para que se possa alcançar de modo eficiente os objetivos de ambos. O Microcrédito Produtivo Orientado foi instituído pela lei nº 11.110 de 25 de abril de 2005 e caracteriza-se pela concessão de crédito de agentes financeiros ou Instituições especializadas à micro e pequenos empreendedores, bem como ao empreendedor individual que deseja montar ou expandir seus negócios. Essa forma de financiamento permite que os tomadores de crédito tenham acesso ao empréstimo desde que estejam dentro dos quesitos normalmente exigidos pelas instituições, que vão desde documentação até a comprovação da necessidade real do empréstimo.

Esse sistema de financiamento apresenta uma facilidade da qual os empréstimos tradicionais não dispõe, o chamado Aval Solidário, que por sua vez permite a liberação de crédito sem a necessidade de apresentar garantias reais de pagamento, a garantia nesse caso são os próprios componentes do grupo formado para tomar crédito. Desse modo, assumem coletivamente a responsabilidade pela garantia do pagamento. Devido à facilidade na liberação do critério e por não apresentarem garantias reais de pagamento, as empresas concessionárias submetem-se a inadimplência. Sobre isso Guimarães e Souza (2007) *apud* Alves e Camargos (2010), dizem que

a concessão de crédito é considerada uma atividade de risco devido ao fato de que o tomador por diversos motivos pode não conseguir quitar a dívida e, portanto, a possibilidade de inadimplência por parte do devedor caracteriza-se como risco determinante no momento de concessão do crédito.

É válido salientar que os programas de Microcrédito e orientação devem ser executados por profissionais capacitados e éticos que trabalhem em benefício do microempreendedor bem como da melhoria significativa da aplicação dos recursos para que possibilite o desenvolvimento contínuo e progressivo do empreendimento.

2.3 CEAPE–PB E Chamada Pública de Parcerias – CPP do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE

O Centro de Apoio a Pequenos Empreendimentos (CEAPE-PB) é uma ONG classificada como OSCIP, existente há 19 anos, sua atividade é voltada para o empreendedor de pequeno porte conduzindo-os na aplicação de seus recursos e os acompanhando no desenvolvimento dos seus negócios. A instituição se destaca por seu atendimento diferenciado, pois esta não fica restrita apenas ao processo de concessão de microcrédito, há um contato direto com os clientes por meio das visitas do Agente de Crédito e da comunicação com a empresa, na qual se transfere aos tomadores de crédito todas as informações necessárias para um desenvolvimento satisfatório do negócio. O CEAPE–PB concede crédito até R\$10.000,00 e possui postos em Campina Grande (matriz), João Pessoa, Pombal e Cajazeiras, totalizando 3.149 clientes, dos quais 70% são mulheres.

Em 2009, a instituição participou da Chamada Pública de Parcerias – CCP, promovida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a qual consistia em fortalecer as instituições de microcrédito por meio de recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Essa parceria com o Governo Federal solicitava que as instituições de crédito apresentassem propostas de concessão de empréstimo direcionadas para pessoas que são atendidas pelo Programa Bolsa Família. Além de possibilitar um alcance maior da instituição, os valores e taxas oferecidos atraíram os beneficiários do Programa Bolsa Família que praticavam o empreendedorismo informal para elevar a renda de suas casas. Esta Chamada Pública proporcionou ganho para os dois lados da situação, uma vez que promoveu maior popularidade e abrangência do CEAPE – PB e uma importante oportunidade para quem antes não tinha acesso a crédito devido à sua condição de baixa renda. Partindo da relevância da instituição, considera-se sua atuação altamente relevante para o cenário econômico local, uma vez que percebeu que o micro e pequeno empreendedor precisava apenas de uma oportunidade para desenvolver seu empreendimento, oportunidade esta que não era encontrada em outras instituições limitando o crescimento e desenvolvimentos do empreendedor de pequeno porte.

O CEAPE desenvolveu o projeto de concessão de crédito apoiado pelo Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), com menos burocracia e mais rapidez nos processos, o que permitiu maiores facilidades para os tomadores de crédito. Assim, o CEAPE-PB tem auxiliado muitos empreendedores a cuidarem de seus negócios, não apenas com dinheiro, mas também com orientações fornecidas por um técnico especializado e experiente. Sua atividade voltada para esse público específico coloca o CEAPE numa posição de agente modificador e impulsionador do comércio local, interferindo positivamente na economia local.

2.4 Bolsa Família

Criado em 2003 pelo Governo Federal, o Programa Bolsa Família é regulamentado pelo Decreto nº 5.209/2004 e instituído pela lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 e visa oferecer assistência às famílias pobres com renda até R\$70,00 mensais; entre R\$70,00 e R\$140,00 e que tenham crianças ou adolescente de 0 a 15 anos e gestantes ou com renda de R\$0,00 a R\$140,00 por mês e que tenha adolescentes de 16 a 17 anos, com o intuito de garantir a segurança alimentar das mesmas por meio da transferência de renda. O PBF é a unificação de outros programas antes existentes, são eles: bolsa escola; cartão alimentação; bolsa alimentação e auxílio gás. Para Monnerat *et al.* (2007): “o Programa Bolsa Família (PBF) caracteriza-se como um programa de transferência monetária que exige contrapartidas

relacionadas à inserção nos serviços de educação e saúde”. Pode ser definido também como um programa baseado em transferência de renda e condicionalidades, visando a autonomia das famílias e o combate à fome e a miséria (SANTIAGO; GRAMACHO; DAZZANI, 2013).

Segundo dados do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (2012), mais de 13 milhões de famílias são beneficiadas pelo Programa Bolsa família que funciona baseado em três eixos: transferência de renda, condicionalidades e ações e programas complementares que visam respectivamente: Diminuição imediata da pobreza; reforçar o acesso a direitos sociais básicos aos serviços de saúde, educação e assistência social e desenvolver as famílias para que superem a condição de vulnerabilidade na qual se encontram. Mesmo com as controvérsias em torno do PBF, é perceptível a melhoria de qualidade vida de muitas famílias, o que claramente contribui para um desenvolvimento satisfatório dessa política.

3 Metodologia

Esta análise foi realizada a partir de informações contidas no sistema do CEAPE – PB, foram verificados dados de 182 clientes beneficiários do Programa Bolsa Família que possuíam créditos na instituição durante o período de 2009 a 2011. Conforme PRODANOV (2013, p. 51) a pesquisa apresenta natureza aplicada, pois objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais. Em relação aos seus objetivos, GIL (pag. 41, 2008) define como uma ‘pesquisa explicativa: quando o pesquisador procura explicar os porquês das coisas e suas causas, por meio do registro, da análise, da classificação e da interpretação dos fenômenos observados. Visa a identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos; “aprofunda o conhecimento da realidade porque explica a razão, o porquê das coisas. ” Em relação aos seus procedimentos, ela é classificada como documental por utilizar várias fontes como artigos e relatórios de órgãos especializados, entre outros. Sua abordagem é quantitativa, uma vez que não mostra apenas resultados numéricos, mas também o que esses números representam de fato na vivência desses empreendedores. Os dados dos clientes foram coletados a partir do acesso às suas fichas cadastrais, foi possível obter informações iniciais que foram levadas ao programa Access para serem cruzadas e organizadas a fim de analisar apenas os mutuários da cidade de Campina Grande- PB.

4 Análise e interpretação dos resultados

A partir dos dados coletados no sistema da instituição foi possível obter um perfil dos clientes do CEAPE – PB beneficiários do Programa Bolsa Família. Em sua maioria, os beneficiários são mulheres, como é demonstrado na figura a seguir:

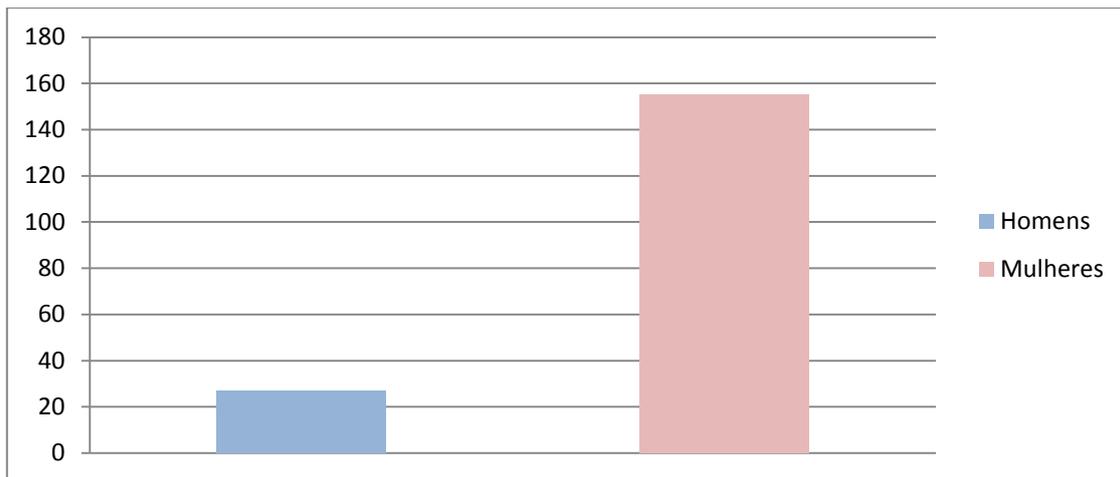


Figura 1 - Gênero

Representando 85% dos clientes, confirma-se que uma parcela considerável de mulheres não é mais apenas cuidadora do lar e sim provedora e administradora de partes dos recursos financeiros de sua família. Assim, pode-se ver o microcrédito como um dos fatores incentivadores do empoderamento feminino.

A faixa etária desses sujeitos variou entre 20 e 60 anos, porém, constatou-se maior quantidade de clientes com idades entre 30 e 50 anos, o que remete a uma maior experiência de vida. Também ficou evidente, mesmo que pequena, a presença de pessoas acima de 60 anos revelando que a idade não representa uma limitação para empreender. Nota-se que o estado civil dos analisados é bem distribuído, mas a grande parte está casada e possuem até 3 dependentes.

No tocante a escolaridade comprava-se que apenas 2 sujeitos chegaram ao ensino superior, contudo incompleto, enfatizando que o índice de instrução dos clientes ainda é baixo, que em sua maioria não chegaram a concluir o 1º grau, como é explicitado na figura abaixo:

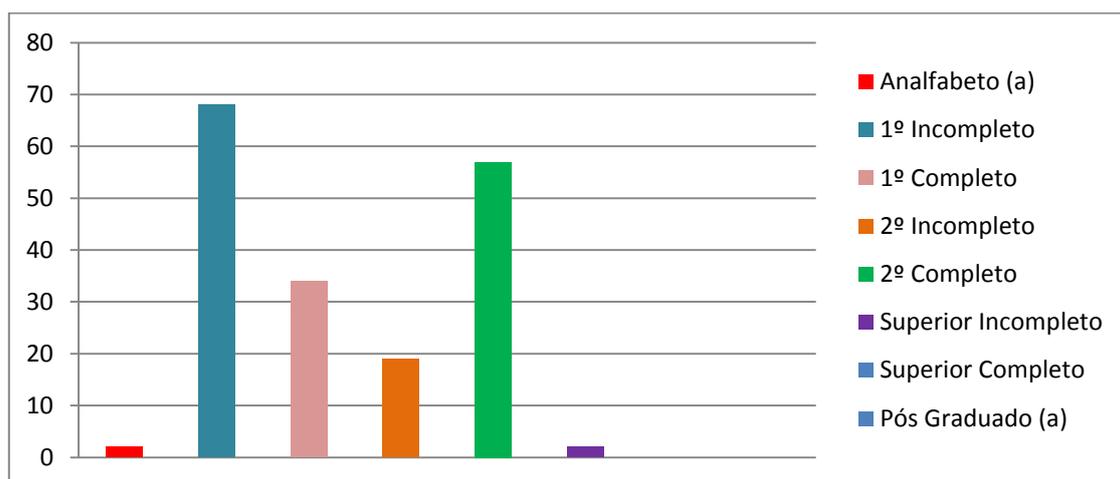


Figura 2 – Grau de Escolaridade

A figura seguinte mostra o tempo de negócio dos empreendedores, que corresponde ao tempo que esses atores trabalham por conta própria:

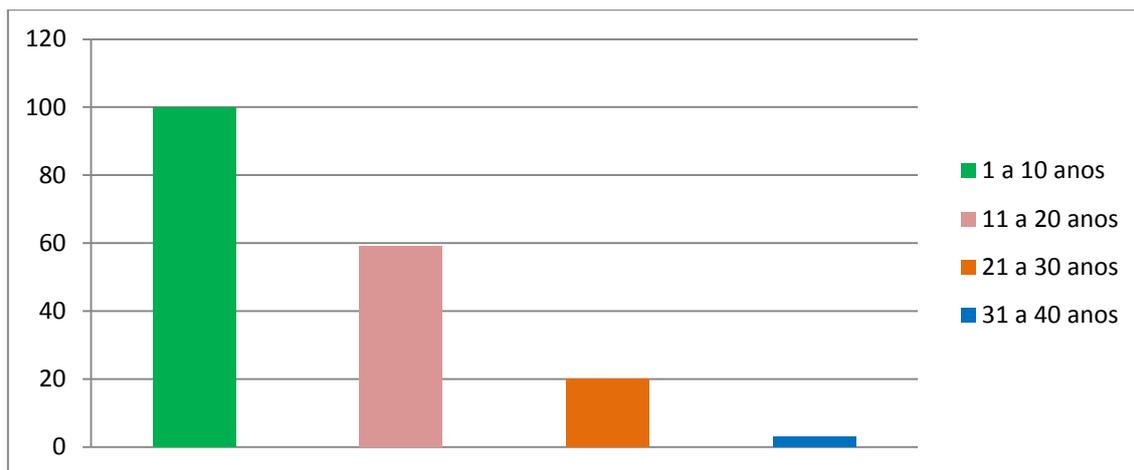


Figura 3 – Tempo de Negócio

Foram concedidos 508 créditos, considerando que vários clientes retiraram mais de 1 empréstimo e outros mais de 3, com valor mínimo de R\$ 200,00 e máximo de R\$ 2.000,00. A análise dos títulos revelou que 166 clientes pagaram seus créditos em dia, correspondendo a 91% dos empréstimos concedidos dentro das condições oferecidas pela parceria com o Governo Federal, taxas mais baixas, direcionado para esses clientes de baixa renda. Apenas 16 clientes (9%), tiveram seus títulos castigados por falta de pagamento, provando que a condição de baixa renda não interferiu negativamente no pagamento de suas dívidas. Ficou claro que, mesmo com pouca instrução educacional e poucos recursos para investir em seus negócios informais, o compromisso foi honrado.

5 Considerações finais

O empreendedorismo não é apenas um sinal de crescimento ou desenvolvimento, é também um fator de mudança na vida de pessoas que buscam melhores condições de vida e veem nela uma chance, uma oportunidade. Assim como qualquer outro empreendedor, os beneficiários do Programa Bolsa Família que tomaram crédito junto ao CEAPE–PB, queriam um apoio, sobretudo financeiro, para dar continuidade às suas atividades. Através da parceria com o Governo Federal, o CEAPE–PB pôde oferecer o apoio que eles necessitavam e, acima de tudo, depositou nesses empreendedores a confiança e a esperança que dificilmente conseguiram em outras instituições. Ao final da análise feita neste trabalho, foi possível provar que ter uma renda baixa não é sinônimo de inadimplência, ao contrário disso, a maioria dos clientes demonstraram honrar seus compromissos de forma exemplar.

Desse modo, confirma-se que o empreendedor, seja lá qual for sua atividade e independente do tamanho de seu empreendimento, só quer uma oportunidade para fazer seu negócio se desenvolver e melhorar sua qualidade de vida. Espera-se que este trabalho contribua para incentivar novas linhas de crédito direcionadas para pessoas de baixa renda, na intenção de instigar o empreendedorismo e aquecimento da economia local.

Referências

ALVES, César Moreira; CAMARGOS, Marcos Antônio de. **Fatores Condicionantes da Inadimplência em Operações de Microcrédito**. XXXIV Encontro da ANPAD, Setembro 2010, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://unihorizontes.br/novosite/banco_dissertacoes/151220111554262346.pdf> Acesso em: 20/10/2013.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Brasília. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>> Acesso em: 11/10/2013.

CAPOBIANGO, Ronan Pereira; GOMES, Marília Fernandes Maciel. **Características do Microcrédito Produtivo Orientado: Um Levantamento das Percepções dos Atores Envolvidos no Programa CrediAmigo.** EnAPG, Novembro/2012, Salvador. Disponível em: < http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnAPG/enapg_2012/2012_EnAPG293.pdf> Acesso em: 05/11/2013.

GEM – Global Entrepreneurship Monitor. **Empreendedorismo no Brasil. Relatório Executivo.** 2013. Disponível em: < <http://ois.sebrae.com.br/wp-content/uploads/2013/01/Relatorio-Executivo-GEM-Brasil-2013.pdf>> Acesso em 10/04/2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Almivalva Ferraz; LIMA, Juvêncio Braga de; CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves. Do Empreendedorismo à Noção de Ações Empreendedoras: Reflexões Teóricas. Revista Alcance - Eletrônica, Vol. 20 - n. 02 - p. 203-220 - abr./jun. 2013. Disponível em: <<http://siaiweb06.univali.br/seer/index.php/ra/article/view/3796>> Acesso em: 17/03/2014.

MONNERAT, Giselle Lavinias; et al. **Do direito incondicional à condicionalidade do direito: as contrapartidas do Programa Bolsa Família.** Ciência & Saúde Coletiva, 12(6):1453-1462, 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/csc/v12n6/v12n6a06.pdf>> Acesso em: 11/10/2013.

MORAIS, Paulo Roberto Benegas de. **Estruturação de produtos educacionais para a capacitação empreendedora de alunos de Educação Básica: um estudo de casos múltiplos.** Ribeirão Preto, 2009. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96132/tde-28072009-111628/pt-br.php>> Acesso em: 13/02/2014.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico.** 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTIAGO, Maria das Graças de Oliveira; GRAMACHO, Maria Vitória de Souza Dantas; DAZZANI, Maria Virginia Machado. **Programa Bolsa Família: Acompanhamento Familiar no Sistema Único de Assistência Social.** Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 18, n. 63, Jul./Dez. 2013. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/4074/13478>> Acesso em: 14/12/2013.

SANTOS, Paulo da Cruz dos; MINUZZI, Josiane; GARCIA, Janaína Renata; LEZANA, Álvaro Guillermo Rojas. **Empreender por Oportunidade versus Necessidade: Um Estudo com Empreendedores Catarinenses.** XXVII Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Outubro/2007. Foz do Iguaçu, Disponível em: < http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2007_tr630470_9378.pdf> Acesso em: 07/02/2014.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Disponível em: < <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae>> Acesso em: 20/01/2014.

SELA, Vilma Meurer; SELA, Francis Ernesto Ramos; COSTA, Saulo Cesar da. **A Importância do Microcrédito para o Desenvolvimento Econômico e Social: um estudo sobre as contribuições proporcionadas pelo Banco do Povo de Maringá aos tomadores de microcrédito.** 30º Encontro da ANPAD, Setembro/2006, Salvador. Disponível em: < <http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-apsb-2602.pdf>> Acesso em: 15/03/2014.